

Sem reserva

FÁBIO PAHIM JR.

Em busca de uma solução global

• Sem otimismo, mas também sem pessimismo exagerado. Esse é o estado de espírito dos negociadores brasileiros que estão em Washington buscando solução para a dívida externa de US\$ 107 bilhões. E, em especial, para os US\$ 68 bilhões devidos aos bancos privados em operações de médio e longo prazos e para os compromissos no âmbito do Clube de Paris, que estão atrasados.

• **Questões centrais dominam o debate, que começou oficialmente na sexta-feira, com os bancos, estendendo-se às reuniões preliminares à 42ª Assembléia Anual do FMI-Bird (Banco Mundial).**

• O Brasil quer discutir uma solução global, não transitória. Que assegure US\$ 10,4 bilhões para pagar os juros devidos aos bancos entre 87 e 89. E que se inicie um processo de securitização (*securitization*, em inglês) de parte da dívida, transformando-a em bônus negociáveis em mercado.

• **Aceita-se, a nível de governo norte-americano, que o País negocie primeiro com os bancos e, só depois, com o FMI.** Como disse o secretário do Tesouro, James A. Baker III, após encontro com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Acredita-se que os dois processos poderiam seguir juntos, havendo coincidência ou pequeno intervalo de tempo entre os acordos (presumíveis) com

• A reação dos bancos à proposta brasileira foi fria. Nada demais. "Se fosse calorosa, o emprego estaria em risco", ironizou, dias atrás, um assessor da Fazenda. E os bancos não querem, ainda, que recursos adicionais cedidos ao Brasil sirvam para honrar dívidas com o FMI e o Banco Mundial (dos quais, aliás, o Brasil não tem tomado recursos). Do FMI, porque não aceita monitoramento, nem havendo discussões em curso, como afirmou seu diretor-gerente, Michel Camdessus. E do Banco Mundial, porque desde fins de julho ocorreu um hiato — o Brasil paga e recebe em dia por contratos antigos. Mas não faz operações novas, salvo com a CIF (Corporação Financeira Internacional).

• **Representantes brasileiros em Washington entendem que é hora de os governos dos países credores, em especial dos superavitários, assumirem parte das responsabilidades (caso do Japão, Alemanha, Itália e França).**

• A responsabilidade não deve ficar só com os bancos, entende o mais próximo dos colaboradores do ministro da Fazenda, Yoshiaki Nakano.

• Os negociadores insistem que, se os juros fossem baixos, como na década passada, não haveria a crise da dívida. Além do que, os problemas não se circunscrevem aos países de renda média (entre US\$ 1.636 e US\$ 4.300 anuais), mas atinge os ricos. Os Estados Unidos são o país com mais altos déficits fiscal

e comercial. E por isso, enxugam os recursos do mundo para financiar esses déficits, uma vez que emitem dólares, que por sua vez constituem moeda de reserva, mesmo que em risco de novas baixas.

• Com juros altos (em relação à década passada), ausência de mercado para girar a dívida e déficit fiscal nos Estados Unidos, só haverá equação para a dívida com apoio dos países superavitários.

• **De qualquer forma, não há interesse de ninguém que haja ruptura. E o Brasil só poderia ter sua dívida reclassificada pelo governo norte-americano na presunção de má-fé. Ou seja, o contrário da disposição de negociar, que apresentam.**

• Aliás, reclassificar a dívida (declarar parte dos débitos valor deteriorado, ou *value impaired*) poderia ser até uma ameaça do governo norte-americano sobre bancos, que sofreriam um novo baque em seus balanços e nas cotações dos seus títulos em bolsa.

• **Só Baker diz que tudo vai bem. De um texto de Peter Kirlborn, ontem, no New York Times. Muito comentado nos corredores do FMI.**

• Negocia-se mais capital (US\$ 40, 60 ou 80 bilhões) para o Banco Mundial. A ser integralizado em quatro ou cinco anos. Mas, com a autorização para aumento, o Bird já poderia dinamizar suas operações. As eleições em 88

nos Estados Unidos podem dificultar o apoio, caso se entenda que os mais pobres (no mundo) não dão votos. De um membro do staff do Banco Mundial.

• **Aval do Bird aos bônus brasileiros é difícil. Porque aval e empréstimo dão no mesmo, para a instituição. Que prefere emprestar. Está nos estatutos. O Bird opera com taxa de alavancagem definida, como as instituições brasileiras.**

• A força de Bresser, no Brasil, é vista como construtiva em Washington. Conceito ouvido no gabinete da presidência do Banco Mundial, do próprio titular, Barber Conable, a executivos financeiros.

• **Bresser já admite um token payment (pagamento simbólico) aos bancos, para facilitar as negociações. É mostra de boa vontade.**

• O qualificado diplomata Botafogo Gonçalves deixa dia 1º a diretoria do Bird e fica três meses em Washington, analisando convites do Itamaraty. Para a Aladi ou para a Venezuela. Para acelerar o comércio do Brasil com os países latino-americanos. Botafogo não se deu bem no Banco Mundial, onde chegou por concurso.

• **Michel Camdessus mudou do inglês para o francês na entrevista do Comitê Interino, ontem cedo em Washington. Após uma pergunta (em francês) de Robert Appy, de O Estado de S. Paulo. Camdessus declarou-se a favor de se aproveitarem descontos nos títulos de**

dívida, em percentual a ser acertado entre bancos e os negociadores brasileiros.

• A inflação brasileira estava em 5,7% em setembro (SP e Rio) e deve subir para 7 a 8% em outubro. Expectativa de um economista do governo. Que prima pela seriedade.

Ultima

• Quando se diz que o Brasil deve US\$ 113 bilhões, fala-se de um estoque. E quando se diz que o Brasil quer, em 87/88, US\$ 10,4 bilhões de dinheiro novo, fala-se de um fluxo. No curto prazo, só interessam os fluxos — seja de capitais, seja de comércio. Eles que indicam que esta entrando mais dinheiro — e mais bens — do que saindo. E, quando se pensa de dívida externa, deve-se recordar que o melhor agora é mais dinheiro entrando — ou então, menos dinheiro saindo. Declarada a moratória, saiu menos dinheiro do Brasil para os bancos — de fato, não podíamos pagar. Ficaram juros atrasados. Mas o Brasil não quer somente dinheiro novo, ou empréstimos novos, para quitar os atrasados desde fevereiro e continuar servindo a dívida no esquema convencional, como antes. Porque não daria fôlego ao País. No fundo, o que se discute é só isso: como melhorar os fluxos de capital para o Brasil, não transitoriamente, mas no período mais longo possível. E a disputa política interna pode dificultar esse processo.